

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.989 - SP (2019/0087629-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : MG IND E COM DE EQUIPAMENTOS PARA EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S) - SP147954
RECORRIDO : BRADESCO SAUDE S/A
AGRAVANTE : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825
AGRAVADO : MG IND E COM DE EQUIPAMENTOS PARA EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S) - SP147954

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por MG IND E COM DE EQUIPAMENTOS PARA EMBALAGENS LTDA, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 539-545 e-STJ), assim ementado:

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REAJUSTE POR SINISTRALIDADE EM CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO, DE NATUREZA FAMILIAR. INADMISSIBILIDADE. NÚMERO REDUZIDO DE PARTICIPANTES DO PLANO. DESATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA MUTUALIDADE, EM QUE HÁ SOCIALIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS PELOS INTEGRANTES DA CARTEIRA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI DE PLANOS DE SAÚDE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios por ambas as partes (fls. 584-588 e 597-601 e-STJ), foi acolhida parcialmente a irrisignação da autora e rejeitada a insurgência da demandada (fls. 590-595 e 603-608 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 611-620 e-STJ), a insurgente alega violação aos seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 1.022 do CPC/15; e *(ii)* artigos 926 e 927 do CPC/15 e 169, 182, 206, 876 e 884 do Código Civil. , aduzindo que a repetição de indébito deve observar o prazo prescricional trienal de que trata o julgamento do REsp n.1.360.969/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

Apresentadas contrarrazões (fls. 648-655 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. No que diz respeito à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/15, observa-se que a parte recorrente alegou genericamente que o acórdão hostilizado o teria afrontado, sem, contudo, demonstrar de forma clara como o *decisum* teria incorrido em omissão, contradição ou obscuridade, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284 do STF.

Dentre os vários precedentes a respeito, destaca-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. 1. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 3. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. 4. ALEGADA OFENSA DE ENUNCIADO DE SÚMULA. SÚMULA 518/STJ. 5. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 6. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. 7. AGRAVO IMPROVIDO.

1. É evidente a inadequação da via recursal eleita para alegação de ofensa a dispositivo constitucional, pois a matéria é de competência do STF. 2. Em relação à negativa de prestação jurisdiccional, verifica-se que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

[...]

7. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1200579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS MONITÓRIOS. IMPUGNAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO DA QUITA POR DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. ESCRITURA NÃO OUTORGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535, II, do antigo CPC/1973, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 995.819/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 01/03/2017)

2. No mérito, todavia, assiste razão à insurgente.

De fato, a Corte de origem declarou a nulidade da cláusula, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor.

Assim, deve ser acolhido, também, o pleito de repetição do indébito, observado o prazo prescricional.

Em sentido semelhante:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA DE REAJUSTE CUMULADA COM PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. PRETENSÃO FUNDADA NO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO TRIENAL.

1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base em nulidade absoluta ou relativa. Porém, sua pretensão condenatória de repetição do indébito terá que se sujeitar à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável.

2. Cuidando-se de pretensão de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato de plano ou seguro de assistência à saúde ainda vigente, com a consequente repetição do indébito, a ação ajuizada está fundada no enriquecimento sem causa e, por isso, o prazo prescricional é o trienal de que trata o art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002.

3. Incidência da tese firmada pela Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.360.969/RS (Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19/9/2016), realizado sob o rito dos recursos repetitivos.

4. Agravo interno parcialmente provido.

(AgInt no REsp 1800456/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 06/12/2019)

Nesse contexto, ainda que o precedente qualificado invocado pela parte não irradie efeitos vinculantes ao caso presente (por tratar de reajuste por faixa etária, e não por sinistralidade), as razões recursais e dispositivos legais apontados são suficientes para o acolhimento da pretensão - que fica limitada ao pedido formulado no presente apelo, de repetição dos valores pagos nos 3 (três) anos anteriores ao ajuizamento da demanda.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **dá-se parcial provimento ao recurso especial**, a fim de reformar o acórdão recorrido, determinando que a repetição dos valores deverá atingir em três anos anteriores ao ajuizamento da demanda.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator